



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 636664 - SP (2020/0347654-1)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
EMBARGANTE : ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR (PRESO)
ADVOGADO : BRUNO BARROS MENDES - SP376553
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR contra a decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ.

Em suas razões, sustenta a parte embargante que:

O Habeas Corpus impetrado foi indeferido liminarmente em razão da supressão de instância, tendo em vista que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo não se manifestou sobre o pedido.

Entretanto, na inicial de Habeas Corpus, a defesa requereu fosse concedida a ordem para que Tribunal de Justiça de São Paulo apreciasse a matéria posta. Apenas se entendesse que o caso estivesse pronto para julgamento, é que se requereu a análise de mérito da questão.

No acórdão embargado, não houve manifestação quanto ao citado pedido.

[...]

Assim, diante da flagrante ilegalidade cometida pelo juízo de primeira instância, ainda que passível de reanálise por meio de agravo em execução, não pode o Tribunal de Justiça se eximir de apreciar o mérito do pedido e se limitar a não conhecê-lo por inadequação da via eleita.

Assim, a ausência de manifestação do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acerca do pedido formulado na impetração originária configura indevida negativa de prestação jurisdicional, principalmente considerando que a análise do aventado constrangimento ilegal não necessita de revolvimento de matéria probatória, envolvendo apenas questão de direito. (fls. 105/106)

Requer, assim, o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado, "[...] e que seja concedida a ordem para que seja DETERMINADO QUE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO ANALISE O MÉRITO de questão relevante de direito" (fl. 106).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a retirar ambiguidade, esclarecer obscuridade, eliminar contradição e suprir omissão existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

Consta da decisão embargada (fl. 102-103):

Resta configurada a supressão de instância, mormente pelo fato de haver recurso próprio, a saber, o agravo em execução para análise do pleito. Não pode a instância extraordinária analisar pedido primeiramente, antes que o juiz competente para análise da questão não tenha recebido alguma irresignação por parte do condenado.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, "c", c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente habeas corpus.

Assim, quanto à alegada nulidade do *decisum*, depreende-se que tal intento não merece acolhimento, porquanto se trata de "eiva externa", não oriunda do derradeiro provimento embargado.

Com efeito, a contradição/omissão externa, não relacionada aos fundamentos do próprio provimento embargado, não autoriza a oposição do recurso integrativo aclaratório.

Sobre o tema, a jurisprudência do STJ é no sentido de que "a contradição que autoriza o manejo dos embargos de declaração é a interna, verificada entre os elementos que compõem a estrutura da decisão judicial, e não entre a solução alcançada e aquela que almejava o jurisdicionado [...]" (EDcl no AgRg no AgRg no AREsp n. 1.012.460/PB, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 4/12/2017).

Por fim, ressalte-se que a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado, consubstanciada na mera insatisfação com o resultado da demanda, não se coaduna com a via eleita (EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014).

Assim, não há irregularidade a ser sanada por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria apta à apreciação desta Corte foi analisada, não padecendo a decisão embargada dos vícios que autorizariam a sua oposição (obscuridade, contradição, omissão ou erro material).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente